

## O PNAE EM MATÃO SP

MATUISKI, C. E. F. <sup>1</sup>, ALVES, M. G. <sup>2</sup>

<sup>1</sup> Mestre em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente pela UNIARA – Universidade de Araraquara, Araraquara-SP. Professor de Direito Agrário do Instituto Matonense Municipal de Ensino Superior – IMMES-Brasil.

<sup>2</sup> Mestre em Biotecnologia pela UFSCar. Bacharel em Direito. Especialista em Direito Civil e Processo Civil pela Unisul. Professor de Direito de Família e Sucessões no Instituto Matonense Municipal de Ensino Superior – (IMMES) – Matão (SP) – Brasil

### RESUMO

O trabalho apresentado é uma incursão pelos caminhos do PNAE tendo como objetivo avaliar o perfil da participação da Agricultura Familiar Local no processo de Chamada Pública, acompanhando quais estratégias foram e vem sendo implementadas na busca do cumprimento da meta dos 30% dos repasses estabelecida pelo FNDE/MEC/PNAE. A metodologia aplicada passou pela revisão de diversas avaliações realizada pelo Governo ao longo da existência da Política Pública de Segurança Alimentar, bem como de outros trabalhos de pesquisa elaborados por pesquisadores de Instituições Públicas e Privadas, financiados ou não pelo Poder Público, como forma de traçar um diagnóstico sobre a eficiência e a eficácia do Programa Nacional de Alimentação Escolar, devido a sua grandeza em repasses financeiros, abrangência territorial absoluta, universalidade do Programa e atendimento com alimentação aos milhões de estudantes do Brasil, procurando destacar o principal marco regulatório ocorrido em 2009 com a obrigatoriedade da compra de 30% dos repasses efetuados em favor da Agricultura Familiar, tentando descortinar de qual (is) forma(s) essa obrigatoriedade tem sido efetivamente cumprida pelos municípios brasileiros.. Foram realizadas pesquisas de avaliação nacional, estadual e municipal (22 gestores), construindo um quadro comparativo com a verificação da gestão do Programa no município de Matão, cujos resultados demonstraram a dificuldade no atingimento da meta determinada por lei, necessitando de uma readequação nos cardápios, substituindo produtos que não são reconhecidos como oriundos da AF, dentre outros desafios. No período pesquisado (2010/2015) registrou-se tímida participação da AF Local e o não atingimento da Meta; no ano de 2016, com a criação de várias agendas institucionais e de vontade política no estreitamento das relações entre os atores envolvidos, destacando-se dentre elas: o I Encontro da Agricultura Familiar, a criação da Feira do Produtor Rural, o forte incentivo da criação de uma Associação de Produtores Locais e da Microrregião, da efetiva participação dos seus associados nas reuniões e discussões do Conselho de Alimentação Escolar-CAE, maior participação no processo de compra institucional e da possível doação de imóvel público para a construção do barracão da nova Entidade, esse panorama começou a mudar, fazendo com que, pela primeira vez, o município de Matão atingisse o índice de 27,79% da compra social em favor da Agricultura Familiar geral, dos quais 24,98% dos valores foram repassados à Agricultura Familiar Local, demonstrando que as ações implementadas surtiram efeitos. A conclusão do trabalho é que Matão está muito próxima de bater a meta estabelecida pelo FNDE/MEC/PNAE, desde que a nova Administração (2017-2010) mantenha a mesma agenda institucional, com a mesma disposição e vontade política de alterar a realidade da AF Local, na busca da Segurança

{ PAGE \\* MERGEFORMAT }

Alimentar, da geração de emprego e renda e na oferta de produtos de qualidade aos 22.000 alunos beneficiados diariamente pelo programa.

**Palavras-Chave: Agricultura Familiar Local; fortalecimento.**

## INTRODUÇÃO

O processo de reconhecimento da importância estratégica, econômica, social e política dos pequenos produtores rurais que teve início na Carta Magna de 1988 beneficiando a pequena propriedade, desde que trabalhada pela própria família, ganhou forças no final dos anos 90, a partir da criação de organismos e instituições de apoio, como o PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (1995) e a Secretaria da Agricultura Familiar (2003), tendo sido coroado com o advento da Lei Federal nº 11.326, de 24 de julho de 2006 (PICOLOTTO: 159).

Dentre as políticas públicas voltadas à segurança alimentar que congregam aspectos da universalidade, quer seja, implementadas em âmbito nacional, temos o PAA e o PNAE.

O PNAE, objeto do nosso trabalho é uma Política Pública do Ministério da Educação, via FNDE que tem cinco princípios fundamentais: 1- Universalidade do atendimento; 2- O respeito aos hábitos alimentares; 3- A equidade; 4- A descentralização das ações; e 5- A participação social.

Este conjunto principiológico significa oferta de alimentação a todos os alunos da educação infantil e do ensino fundamental da rede pública, garantindo os recursos necessários para a aquisição dos gêneros alimentícios, respeitando os hábitos, costumes e tradições alimentares locais, com a exigência de que o acesso aos alimentos deve ser realizado de forma igualitária, descentralizando e redistribuindo a gestão do Programa através de recursos que são repassados aos Estados, Distrito Federal e todos os municípios brasileiros que podem, inclusive, repassar para as escolas, criando uma rede de sustentabilidade e efetiva participação da sociedade na discussão, decisão, acompanhamento e fiscalização do Programa através da criação do Conselho de Alimentação Escolar –CAE.

O PNAE foi criado – *utilizando outras denominações* – em 1995 com a missão da implementação da Política Pública ligada à Merenda Escolar; tal ferramenta, ao tratar da segurança alimentar sob a ótica dos produtos orgânicos advindos da AF, tendo a Agroecologia

{ PAGE \\* MERGEFORMAT }

como ciência e base ecológica, consolidou o seu firme propósito em criar um laço inquebrantável entre o fornecimento de Merenda Escolar de qualidade – e estudantes, seus consumidores – e o AF que se preocupa em produzir produtos naturais, simbiose somente capaz de se concretizar e render os frutos desejados se houver idêntica vontade política e efetiva participação e determinação dos Entes públicos municipais, quando da necessidade da aquisição de gêneros alimentícios destinados à clientela estudantil.

Os dois mais importantes atores desta Política são os agricultores familiares que fornecem os alimentos e as estudantes que os consomem; numa ponta busca-se garantir o desenvolvimento local, a fomentação de emprego e renda e o fortalecimento da AF; na outra o objetivo é o de ofertar alimentos de melhor qualidade, com foco na Agroecologia, garantindo a segurança alimentar.

A Política Pública do PNAE via MEC tem ainda como parceiro o FNDE - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, órgão responsável pela liberação dos recursos que são repassados para os municípios, estados e Distrito Federal e, ao mesmo tempo, é o órgão responsável pelo monitoramento e avaliação das prestações de contas de um volumoso repasse que em setembro de 2015, segundo informações oficiais do MDS chegaram a R\$ 362,2 milhões como forma de apoio à alimentação escolar dos alunos de todo o país, fechando o exercício de 2015 com um investimento total de R\$ 3,759 bilhões de reais e de 41,5 milhões de alunos atendidos pela Política Pública Universal (FNDE/MEC: 2016).

Os recursos são enviados aos municípios em 10 (dez) parcelas ao longo dos 200 (duzentos) dias letivos, com base no Censo Escolar do ano anterior, cumprindo às Secretarias Municipais de Educação receber e gerir os recursos no campo da alimentação escolar, no atendimento de toda a Educação Básica (Educação Infantil, Ensino Fundamental, Ensino Médio e Educação de Jovens e Adultos) matriculados em escolas públicas, filantrópicas e entidades comunitárias (conveniadas com o Poder Público) por meio de transferência de recursos financeiros, com a obrigatoriedade de que, no mínimo 30% (trinta) por cento dos recursos, sejam obrigatoriamente utilizados na compra de gêneros e produtos da AF.

O objetivo desta pesquisa foi o levantamento de dados e a construção de um diagnóstico de como o PNAE vem sendo realizado no município de Matão, acompanhando os caminhos, programas, projetos, ações e estratégias que foram ou vem sendo adotados pelo gestor municipal visando fortalecer a AF Local, no cumprimento do seu papel de gestor e de

fomentador na geração de emprego e renda, da Segurança Alimentar e na emancipação dos agricultores locais, buscando identificar se houve ao longo da execução da Política Pública do MEC/FNDE/PNAE alteração da realidade, estreitamento e fortificação dos laços entre os diversos atores que participam dessa Ação Social ligada à educação e ainda enumerar quais são os principais entraves e desafios que impedem a concretização da consolidação do Programa, conhecendo a AF Local e suas especificidades, oferecendo subsídios à reflexão crítica da ação, possibilitando o acesso às informações que permitam diagnósticos na reformulação e no planejamento do próprio programa e numa didática relativa ao conhecimento, tanto sobre os AF Locais quanto sobre esta importante porta de acesso que trata da Segurança Alimentar, conceituada pela Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutrição (LOSAN) como a realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso às outras necessidades especiais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde que respeitem a diversidade cultural e que seja ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis, considerando a inexistência de estudos análogos no município.

Os caminhos da pesquisa (metodologia) passaram pelo levantamento de dados de avaliação nacional e estadual sobre a questão do cumprimento (ou não) dos 30% em favor da AF e também traçou diagnóstico sobre o PNAE num determinado território, levantando todos os dados existentes, elaborando um quadro comparativo dos últimos anos, apontando percentuais consolidados e também enumerando quais práticas e quais estratégias foram adotadas visando o fortalecimento da AF; essa incursão foi possível devido à inserção do pesquisador no meio pesquisado.

Foi realizado também uma revisão bibliográfica de trabalhos que tratam da avaliação do PNAE, abrangendo os aspectos nacionais e territoriais da implementação e do acompanhamento da Política Pública ligada à Merenda Escolar, dos dados secundários obtidos junto aos órgãos oficiais que tratam do tema, bem como das informações e dados que foram coletados *in loco* junto à Prefeitura Municipal de Matão, conhecendo toda a dinâmica do processo, enumerando os desafios e os entraves que estariam impedindo a participação mais efetiva dos produtores locais na comercialização dos seus produtos, acompanhando quais ferramentas foram e vem sendo implantadas para fortalecer a AF como um todo, com enfoque especial sobre a AF Local ou microrregional como forma de consolidação do homem

no campo, geração de emprego e renda na própria cidade ou no seu entorno, propiciando o escoamento e o consumo imediato de produtos locais, dotando a rede escolar municipal e a clientela estudantil de um mecanismo mais célere e mais barato que envolva a oferta e o consumo de produtos de qualidade que são culturalmente consumidos no município de Matão.

Alguns trabalhos sobre o nascimento, o fortalecimento e os desafios vivenciados pela AF Regional, atrelados à criação do Assentamento existente nos municípios de Matão, Araraquara e Motuca foram relevantes enquanto fonte histórica, ganhando contornos fundamentais no estudo comparativo das ações de fortalecimento da AF já realizadas nas cidades vizinhas, servindo como paradigmas a serem superados pelos gestores de municípios limítrofes, passando a compreender e aceitar que os desafios e entraves possuem contornos idênticos na região, buscando incorporar as ações e estratégias positivas de padronização qualitativa de identidade, fortalecendo a AF Local e Regional através da criação de novas perspectivas que definitivamente selem a concretização da Segurança Alimentar, princípio buscado desde a criação do PNAE.

## **RESULTADOS**

O município de Matão, localizado na Região Central do Estado de São Paulo foi escolhido como estudo de avaliação das estratégias para o fortalecimento da AF pela sua importância econômico-financeira dentro da região Administrativa do estado de São Paulo, pelos favoráveis índices alcançados de IDHM – Índice de Desenvolvimento Humano Municipal e também pelas suas raízes históricas ligadas à agricultura e a citricultura, berço da antiga Fazendas do Cambuhy, de propriedade de Carlos Leôncio de Magalhães, conhecido por “Nhonhô Magalhães” que virou notícia no país inteiro ao receber o maior cheque emitido no Brasil, em 1924, no valor de vinte mil contos ao vender a fazenda para a empresa inglesa Brazilian Warrant Company, posteriormente denominada Fazenda dos Ingleses<sup>1</sup>.

A Fazenda dos Ingleses, dividida em 23 seções, possuía área de 22.984,10 alqueires paulistas, o que corresponde a 556,21 km<sup>2</sup>, abrangendo os municípios de Matão, Araraquara e Tabatinga, tendo atingido uma população de 4.605 pessoas na lida de dois

---

<sup>1</sup> Revista Kappa Magazine. Matão-SP, agosto, 2011. Disponível em: { HYPERLINK "http://www.revistakappa.com.br/edicoes/matao/edicao\_01/files/revista%20kappa.pdf" }. Acesso 07.nov.2016.


milhões e duzentos mil pés de cafés produzindo, criação de gado e na introdução da citricultura da cidade, em 1948 (BUENO: 2002).

Outra justificativa que culminou na escolha da cidade para estudo de caso é o seu retrospecto histórico sobre a Merenda Escolar que entre as décadas de 80 e 90 ganhou notoriedade pela criação da “vaca mecânica” que produzia leite e pão de soja, oriundos de plantação mantida pela Prefeitura de Matão. Esse Programa foi possível por intermédio de um Consórcio Municipal que envolveu Matão e mais 9 cidades vizinhas, visando o plantio de soja no Horto de Silvânia, no Assentamento do ITESP; a formação do Consórcio tinha ainda como objetivo distribuir suco de laranja e produzir remédios, mas acabou esbarrando em procedimentos burocráticos até ser extinto em 2005.

A rede educacional existente na cidade também pesou na escolha do estudo de caso, logisticamente distribuída em todas as regiões para atender a demanda dos alunos, bem como sua infraestrutura, suas escolas públicas e particulares, suas faculdades e ainda a constatação do grande interesse da comunidade na mobilização e participação nas discussões das ações sociais por intermédio de entidades do terceiro setor, representativas de diversos segmentos e reconhecidamente grandes auxiliares das ações implementadas e mantidas pelo Poder Público; além da possibilidade de contribuição acadêmica no processo de pesquisa, ainda inexistente no que concerne aos estudos da Política do PNAE e do fortalecimento da Agricultura Familiar Local.

**Quadro 1 – Dados do município de Matão – SP, censo do IBGE realizado no ano de 2010.**

MATAÃO – SP – (IBGE: 2010)	
Área do território	524,899 km <sup>2</sup>
Distância da capital	305 km
População urbana	75.377
População rural	1.409
População total	76.786
População 2016 (estimada)	81.878
IDH -M	0,773
Rendimento: área rural	R\$ 1.811,49
Rendimento: área urbana	R\$ 3.090,02



(Fonte: IBGE, 2016<sup>2</sup>).

<sup>2</sup> Disponível em: [http://cidades.ibge.gov.br/painel/populacao.php?lang=&codmun=352930&search=sao-paulo|matao|infor%  
E1ficos:-evolu%E7%E3o-populacional-e-pir%E2mide-et%E1ria](http://cidades.ibge.gov.br/painel/populacao.php?lang=&codmun=352930&search=sao-paulo|matao|infor%E1ficos:-evolu%E7%E3o-populacional-e-pir%E2mide-et%E1ria)

O município de Matão tem tradição na produção de oleícolas, folhosas, beterraba, cenoura, pimentão, pepino, goiaba, manga, limão, dentre outros produtos tradicionais da AF. Segundo informações da CATI- Casa da Agricultura de Matão, dentre aqueles produtores que comprovam sua situação de Agricultores Familiares, 104 deles possuem cadastro DAP – Declaração de Aptidão ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, sendo que 55 delas estão inativas (canceladas ou expiradas) e 159 ativas<sup>3</sup>. Todos os cadastros DAP foram realizados pela CATI-Matão que atua como fomentadora da mobilização dos produtores, ofertando cursos e capacitações permanentes e de acordo com a demanda verificada entre os agricultores. Em 2016 já foram realizados cursos de capacitação para a piscicultura, batata e cebola, com média de público de 60 interessados em cada uma das edições. A CATI-Matão é ainda detentora do primeiro lugar na região (dentre 16 municípios) na comercialização de sementes de milho (não transgênico), além de ser um dos atores que sempre defendeu a mobilização e o associativismo dos agricultores familiares de Matão e da microrregião.

Os atores ligados à política pública da merenda escolar, no caso de Matão, são o próprio município gestor e todas as secretarias envolvidas no Programa, passando pelas Creches, EMEIs, professores e demais servidores bem como o departamento de alimentação, além dos organismos público-privados que auxiliam na condução da Política formados pela Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Econômico, pela Casa da Agricultura de Matão que atua de forma conjunta Estado/Município, pelo Sindicato dos Produtores Rurais de Matão, pelo ITESP que gerencia os Assentamentos existentes nas cidades de Matão, Motuca e Araraquara e ainda pelos membros do Conselho de Alimentação Escolar – CAE, formado por servidores públicos e pessoas da sociedade civil e, todos eles, com a missão de estreitar os laços, criar mecanismos e ações institucionais que fortaleçam e propiciem ao pequeno e médio produtor local ou regional e suas famílias, todas as condições necessárias para o fortalecimento, geração de emprego e renda capaz de mantê-los na área rural com dignidade, qualidade de vida, através da produção de produtos livres de agrotóxicos e em sintonia com a sustentabilidade ambiental. O principal conjunto de atores são os alunos beneficiados com a Merenda Escolar, formado pelos estudantes oriundos das Creches, Pré-Escolas, Ensino

---

<sup>3</sup> Disponível em: { HYPERLINK "http://smap14.mda.gov.br/" }. Acesso em 15.nov.2016.

Fundamental, Educação de Jovens e Adultos, Ensino Médio e da Educação Especial chega, em média, a aproximadamente 15.329 alunos que receberam, no período entre 2010 a 2015, cerca de 22.226 refeições diárias, números absolutos e consolidados que espelham a importância da Política Pública do MEC/FNDE/PNAE.

Entrevista realizada com 79 produtores rurais de Matão denotaram a ausência total de organização dos produtores que estão espalhados pelo território de Matão; alguns já nem se consideram agricultores, tendo escolhido arrendar suas terras para o plantio de soja, milho e cana-de-açúcar, como forma de percepção de um rendimento mensal garantido, sem qualquer apego ou preocupação com o trabalho no campo, livrando-se da necessidade de investimentos em sementes, equipamentos, plantio, colheita, transporte e comercialização de produtos hortifrutigranjeiros que nem sempre trazem o retorno esperado; entre os assentados, destaca-se grande nível de politização e de organização em razão das lutas travadas num passado não muito distante, transformando-se em exemplo de determinação na luta pelas melhorias desta categoria; alguns assentados já participam a algum tempo de Programas Institucionais como o PAA e o PNAE de Araraquara e o PNAE de Matão, além de comercializar o excedente da produção em pequenos mercados e também na Feira Noturna Negócio do Campo, de Araraquara, realizada das 16h30 às 21h00 as quintas-feiras que foi criada pelo Poder Público como forma de diversificar a comercialização dos excedentes da produção local.

Houve ainda incursão no Departamento de Alimentação, uma das células do organograma existente na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, sendo o órgão responsável pela elaboração do Cardápio da Merenda, pela confecção do pedido de compras dos gêneros alimentícios, cuidando ainda do seu recebimento, estocagem em almoxarifado próprio, da manipulação e da produção parcial das refeições realizadas na Cozinha-Piloto instalada no Paço Municipal, gerenciando toda a logística diária de entrega de alimentos prontos e de produtos in natura que posteriormente são transformados nas refeições pelas cozinheiras destacadas em unidades externas.

Conforme o Quadro 8, a lista de produtos (ligados a AF) e as quantidades estimadas para um período letivo (200 dias) procura equacionar a questão da falta de algum tipo de produto ou gênero em determinado período do ano, utilizando como metodologia o



retrospecto histórico e ainda algumas experiências adquiridas ao longo do exercício na função por parte dos servidores do município.

**Quadro 6 – Lista de Produtos adquiridos da AF. Estimativa para 12 (doze) meses.**

ITENS	UN.	QUANT.	ITENS	UN.	QUANT.
CHUCHU	KG	5.200	ALHO	KG	6.000
MANDIOCA	KG	5.100	BATATA	KG	32.640
CENOURA	KG	8.000	CEBOLA	KG	19.380
BETERRABA	KG	8.000	MANDIOQUINHA	KG	4.500
TOMATE	KG	26.000	OVOS	DZ	4.600
ABOBRINHA	KG	4.100	LARANJA	KG	19.380
CHEIRO VERDE	MÇ	10.200	MAMÃO PAPAIA	PÇ	8.466
ALFACE	MÇ	21.600	MELANCIA	KG	13.000
COUVE	MÇ	10.200	MAÇÃ	KG	10.100
PIMENTÃO	KG	5.000	ABACAXI	PÇ	26.000
PEPINO	KG	9.000	BANANA MAÇÃ	KG	8.300
ALMEIRÃO	MÇ	10.300	BANANA NANICA	KG	20.000
BRÓCOLIS	KG	4.800	PERA	KG	10.100
REPOLHO	KG	8.500	MEL	Sachê 7 grs.	15.000
MIX - Batata, cenoura, vagem	KG	6.100	MEL	Sachê 15 grs	15.000

(Fonte: Departamento de Alimentação da Prefeitura Municipal de Matão-SP).

Dentre as quantidades consumidas, destacam-se a batata (32.640 quilos); o tomate (26.000 quilos); o abacaxi (26.000 peças); a banana nanica (26.000 peças); a cebola e a laranja (19.380 quilos) e o alface (21.600 pés). Segundo informações colhidas junto ao Departamento de Alimentação, antes da existência da Resolução do FNDE exigindo a aquisição de produtos da AF, instituída em 2009 e implementada no município em 2010, não existia nenhuma preocupação com a origem dos produtos adquiridos através do processo licitatório normal na modalidade Pregão Presencial; muitos deles eram comercializados por atravessadores ou empresas do ramo da alimentação, exigindo-se dessas empresas o cumprimento das características e qualidades dos produtos, nada mais; após 2010, diversos produtos desta lista não conseguiam ser comprados nas Chamadas Públicas elaboradas especificamente nos termos da Resolução de 2009, em razão de não existir na cidade e na região, agricultores que se interessassem pela sua produção e comercialização institucional, obrigando a realização de novo processo de compra na modalidade Pregão, atrasando os cronogramas de entrega e muitas vezes comprometendo a formatação e o cumprimento dos

{ PAGE \\* MERGEFORMAT }

cardápios pré-elaborados com bastante antecedência. Relatam ainda os servidores que ainda não existem fornecedores Locais do ovo, do mel, da maçã, do mamão papaia e da batata, havendo grandes dificuldades também em adquirir a laranja e a pera, dentre outros produtos.

Explica a Diretora do Departamento de Compras que os produtos desejados e as quantidades estimadas são divididas ao longo do ano em dois ou três processos de compra, que se inicia através de pedido inicial subscrito pelo Secretário da Educação acompanhado da lista de produtos contendo as características, quantidades e o cronograma de entrega semanal que pode variar entre três, quatro ou seis meses. O cronograma pré-estabelecido permite a qualidade e a eficiência no controle de recebimento por parte do Almoxarifado, a utilização e manuseio de produtos perecíveis em quantidades exatas para o período e ainda permite que o produtor possa planejar sua produção e entregá-la conforme as datas e quantidades nele estabelecidas, podendo ocorrer variações durante a semana, flexibilizando as quantidades e compensando-as nas entregas futuras.

Na Tabela 2 reproduzida abaixo podemos visualizar um cronograma parcial de entrega pré-estabelecido para o período de 06 (seis) meses entre 27 de abril a 13 de outubro de 2015, prevendo 24 (vinte e quatro) semanas de entrega, onde se constata que diversos produtos tiveram suas entregas alternadas.

**Tabela 2 – Cronograma de entrega de hortifrútis – Chamada Pública 005/2015.**

Chamada Pública 005/2015 Período de 27/04/2015 a 13/10/2015														
RESUMO GERAL	27/04	04/05	11/05	18/05	25/05	01/06	08/06	15/06	22/06	29/06	06/07	13/07	20/07	27/07
Abobrinha														
1 (kg)	0	0	0	0	0	0	0	10	10	10	10	270	250	250
2 Alface (mç)	580	580	580	580	580	580	580	580	580	580	580	580	580	580
3 Cenoura (kg)	0	370	370	0	0	370	370	370	370	0	0	0	370	370
Cheiroverde														
4 (mç)	100	0	0	0	100	250	250	250	350	0	250	250	250	100
5 Chuchu (kg)	290	290	290	290	290	290	290	290	290	290	290	290	290	310
6 Almeirão (mç)	540	540	540	540	540	540	540	540	540	540	540	540	540	540
Mandioca														
7 (mix kg)	0	0	310	0	310	0	0	0	310	0	310	0	0	0
8 Tomate (kg)	550	550	550	550	550	550	550	550	550	550	570	550	550	560
9 Couve (mç)	0	0	0	395	395	395	395	395	395	395	395	395	395	395
10 Brócolis (kg)	70	70	70	70	70	70	70	70	70	70	70	70	70	70
Maionese														
11 (mix kg)	350	0	350	0	350	0	350	0	350	0	350	0	350	0
12 Pimentão (kg)	170	170	170	170	170	170	170	170	170	170	170	170	170	170
Alhoemgrão														
13 (kg)	150	150	150	150	150	150	150	140	150	150	140	140	150	140
14 Pepino (kg)	250	250	250	250	250	250	250	250	250	250	250	250	250	250
15 Repolho (kg)	320	0	320	0	320	0	320	0	320	0	320	0	320	0

{ PAGE \\* MERGEFORMAT }

RESUMO GERAL	03/08	10/08	17/08	24/08	07/09	14/09	21/09	28/09	05/10	13/10	TOTAL	VALO	VALOR
												R	TOTAL
Abobrinha													
1 (kg)	250	110	110	110	100	100	100	100	0	0	1790	R\$ 3,05	R\$ 5.190,67
2 Alface (mç)	580	580	580	580	580	460	580	580	580	580	13800	R\$ 2,69	R\$ 37.168,00
Cenoura													
3 (kg)	0	0	360	360	0	0	360	360	0	0	4400	R\$ 4,19	R\$ 18.436,00
Cheiroverd													
4 e (mç)	0	250	250	0	350	250	0	0	250	0	3500	R\$ 2,02	R\$ 6.060,00
Chuchu													
5 (kg)	290	290	300	290	290	300	290	290	290	290	7000	R\$ 1,96	R\$ 13.696,67
Almeirão													
6 (mç)	540	540	540	540	560	540	540	560	540	540	13000	R\$ 2,59	R\$ 33.670,00
Mandioca													
7 (mix kg)	310	0	310	0	310	0	0	0	310	0	2480	R\$ 4,50	R\$ 11.160,00
8 Tomate (kg)	550	550	570	550	580	550	550	550	550	550	13280	R\$ 5,39	R\$ 71.579,20
9 Couve (mç)	395	395	395	395	395	395	390	395	0	0	7500	R\$ 2,58	R\$ 19.325,00
Brócolis													
10 (kg)	70	70	70	70	70	70	70	70	70	70	1680	R\$ 5,22	R\$ 8.769,60
Maionese													
11 (mix kg)	350	0	350	0	350	0	350	0	350	0	4200	R\$ 3,01	R\$ 12.642,00
Pimentão													
12 (kg)	110	170	170	170	170	170	160	160	170	170	4000	R\$ 5,02	R\$ 20.093,33
Alhoemgrão													
13 (kg)	140	150	140	140	140	140	140	150	150	150	3500	R\$ 19,50	R\$ 68.250,00
14 Pepino (kg)	250	250	250	250	250	250	250	250	250	250	6000	R\$ 4,29	R\$ 25.740,00
Repolho													
15 (kg)	320	0	320	0	320	0	320	0	320	0	3840	R\$ 2,64	R\$ 10.137,60

(Fonte: Departamento de Alimentação da Prefeitura Municipal de Matão).

Como pode ser verificado na Tabela 7, para a semana de 17 a 21 de outubro de 2016 o cardápio finalizado e entregue às Unidades Escolares previa as quatro refeições completas (café da manhã, almoço, lanche e jantar) para as Creches e Berçários; três refeições (café da manhã, almoço e lanche) para as Escolas de Período Integral; duas refeições (almoço e lanche noturno) para as Escolas de Período Parcial; e uma refeição (café da manhã) para as EMEIs.

**Quadro 7 – Cardápio Semanal – Alimentos preparados na Cozinha-Piloto e nas Creches**

PERÍODO DE 17 A 21 DE OUTUBRO DE 2016				
REFEIÇÕES	CAFÉ DA MANHÃ	ALMOÇO	LANCHE	JANTAR
CRECHE	pão com margarina, biscoito maizena e leite com achocolatado, alternadamente.	arroz, feijão, macarrão, purê de batata, carne e legumes cozidos.	bolo de fubá, biscoitos, frutas, gelatina colorida, bolo simples e suco natural de laranja com mamão.	sopa de arroz com carne e legumes, sopa de macarrão com feijão, legumes e carne e arroz com polenta e carne.
BERÇÁRIO	leite de mamadeira (BI); leite com achocolatado	Papa salgada de arroz, feijão e carne	papa de fruta	Papa salgada, sopa de macarrão com carne e legumes, sopa de arroz,

{ PAGE \\* MERGEFORMAT }

	sem açúcar, pão, sopinha de leite com biscoito maisena sem açúcar(BI).	desfiada e legumes cozidos, purê de batata e macarrão com carne e, como sobremesa suco natural da fruta.	(BI); e frutas (BII).	carne desfiada e legumes, polenta, carne e, sopa de macarrão com feijão.
EMEI	Biscoito maisena, bebida láctea, pão com margarina, suco, frutas, biscoito de sal, goiabada e gelatina.	-----	-----	-----
ESCOLA PERÍODO PARCIAL	-----	arroz, almôndegas, polenta com carne moída, sopa de arroz com legumes e carne, arroz temperado com salsicha e cenoura, carne suína em cubos.	-----	<u>LANCHENOTURNO</u>  pão com molho de salsicha e de carne moída.
ESCOLA PERÍODO INTEGRAL	pão com margarina, bebida láctea.	arroz, feijão, polenta, arroz colorido, almôndegas, carne moída, em tiras, salsicha com batata, carne suína em cubos.	pipoca, biscoito, bolo, fruta, gelatina, bebida láctea, suco.	-----

(Fonte: Departamento de Alimentação da Prefeitura Municipal de Matão-SP).

O Conselho de Alimentação Escolar CAE de Matão foi instituído pela Lei Municipal nº 2.443, de 29 de maio de 1.995, determinando a composição de 15 (quinze) membros titulares e suplentes na sua composição mais o presidente, com mandato de quatro anos; análise das atas das reuniões mensais realizadas pelo CAE no período compreendido entre 23 de março de 2015 a 03 de outubro de 2016 apontam que nos últimos 15 (quinze) encontros ordinários não houve presença absoluta de todos os seus membros; a maior presença registrada foi na reunião do dia 23/03/2015, contando com 12 conselheiros; a menor presença ocorreu na reunião do dia 03/10/2016, contando 5 conselheiros; a média da participação dos conselheiros – *no período mencionado* – é de aproximadamente 9,3 membros/reunião, resultando no percentual de 58,12%.

A Secretaria Municipal de Educação e Cultura encontra-se estruturada em diversos departamentos que cuidam das áreas da Cultura (Diretores, Auxiliares) e, mais especificamente da questão educacional. Essa última é formada pelo Departamento de Educação, subdividido em Diretoria de Departamento de Creches, Diretoria de Departamento de Emeis, Diretoria do Departamento de Alimentação, dentre outras.

{ PAGE \\* MERGEFORMAT }

Por sua vez, as Creches e Emeis são gerenciadas por Diretoras e coordenadoras que se submetem hierarquicamente às Diretorias de Creches e Emeis e, conseqüentemente ao Departamento de Educação, como órgão centralizador.

Em cada Creche e em cada Emei, temos as Diretoras, as Coordenadoras, as Auxiliares de Desenvolvimento Infantil – ADIs, Professoras, Cozinheiras e demais servidores administrativos e que cuidam da limpeza e da manutenção daquela unidade específica.

Durante o desenvolvimento da nossa pesquisa, visitamos pelo menos duas Unidades de Ensino, a Creche que atende aos moradores dos bairros BNH, Las Lomas, Jardim das Acácias, Aeroporto, Jardim Buscardi e adjacências e uma EMEF, Escola Municipal de Ensino Fundamental, que atende aos moradores dos bairros Nova Cidade, Monte Carlo, Paraíso, Aeroporto e entorno. Na oportunidade pudemos verificar a limpeza das Unidades, a preocupação de todos os servidores com as crianças que passam grande parte do dia no local, o asseio dos banheiros, dos corredores e da cozinha, a boa disposição e tamanhos das salas de aula, a manipulação de alimentos preparados diretamente pelas cozinheiras em cada uma das unidades, ou pré-preparados pela Cozinha-Piloto, além da oferta de lanches, sucos e outros alimentos. Verificamos ainda que os cardápios semanais encontram-se afixados nos quadros na entrada das unidades, informando aos pais quais serão os alimentos consumidos pelos filhos naquela semana.

O município de Matão implementou o processo de Chamada Pública em 2010, desde então, até a finalização da nossa pesquisa, já havia realizado 20 (vinte) edições, número que possibilitou a superação de diversos entraves e desafios verificados na Fase Interna do processo e que ainda atormentam parte dos gestores do setor de Compras: dificuldade na obtenção de pesquisa de preços, necessidade de divulgação diferenciada do Edital, abertura de um canal diário de atendimento e pré-análise de documentos dos interessados que não possuem expertise para a juntada dos seus documentos de habilitação – porque apesar da Chamada Pública significar um processo de compras menos burocrático, persiste ainda a necessidade da juntada de alguns documentos em envelopes lacrados - dentre outras dúvidas que vão sendo dirimidas via telefone no prazo de abertura do Edital, tais como: *onde será a entrega, quem irá analisar as amostras, quem receberá os produtos, como será a programação e a forma de pagamento*, todas elas questões que já se encontram respondidas no Edital, mas que alguns interessados não conseguem interpretar literalmente.

O resumo consolidado das Chamadas Públicas no período 2010/2015 foi reproduzido através da Tabela 4, indicando o ano, o valor repassado pelo MEC/FNDE, o valor que deveria ter sido destinado à AF (30%), o valor contratado da AF Regional (grupos formais e informais de outras localidades), o percentual dessa contratação, o valor contratado da AF Local (grupos informais) o percentual dessa contratação e o percentual total atingido pelo gestor com a Compra Social.

Nota-se um crescimento no montante de repasses anuais entre 2010 a 2013, passando de R\$ 1.094.520,00 para R\$ 1.415.020,00; uma queda em 2014 aos patamares de 2012 e novamente uma retomada no ano de 2015, com o maior repasse recebido pelo município desde a criação do Programa, da ordem de R\$ 1.501.356,00; em contrapartida, os valores consolidados, contratados com a AF apontam que o município de Matão não conseguiu cumprir, em nenhum momento, as exigências do MEC/FNDE/PNAE, ficando muito abaixo das exigências nos anos de 2010 (2,11%) e 2011 (6,25%), aumentando a participação da AF na Merenda Escolar nos anos de 2013 (10,92%) e 2015 (15,22%), melhorando sua marca em 2014 (20,37%) e alcançando seu melhor desempenho em 2012 (21,76%).

A média de desempenho do gestor atinge apenas 12,77% do valor repassado pelo Programa à AF, sendo 10,18% para a AF Regional e 2,59% para a AF Local, estando muito aquém das metas estabelecidas pela Política Pública universal do PNAE (Tabela 4).

**Tabela 4- Análise do resultado das Chamadas Públicas – Período 2010/2015**

ANÁLISE DAS CHAMADAS PÚBLICAS – COMPRA SOCIAL							
ANO C.P.	REPASSE R\$	30% AF R\$	AF REG. R\$	AF R %	AF LOCAL R\$	AF L %	AF TOTAL %
2010	1.094.520,00	328.356,00	-	-	23.100,00	2,11	2,11
2011	1.067.700,00	320.310,00	39.595,41	3,71	27.167,40	2,54	6,25
2012	1.169.136,00	350.740,80	206.397,72	17,65	48.020,40	4,11	21,76
2013	1.415.020,00	424.506,00	112.934,50	7,98	41.555,80	2,94	10,92
2014	1.128.536,00	338.560,80	198.392,91	17,58	31.466,00	2,79	20,37
2015	1.501.356,00	450.406,80	212.815,20	14,17	15.712,00	1,05	15,22
MÉDIAS				10,18%		2,59%	12,77%

(Fonte: FNDE/MEC<sup>4</sup> e Departamento de Compras e Licitações da Prefeitura Municipal de Matão).

<sup>4</sup> Disponível em: { HYPERLINK "<http://www.fnde.gov.br/programas/alimentacao-escolar>" }. Acesso em 26.out.2016.

Análise dos dados contidos na Tabela 5 aponta crescimento do número de alunos nas Creches e no Ensino Médio, pequena redução nos alunos da Pré-Escola e no Ensino Fundamental e perceptível recrudescimento no número de alunos do EJA; em contrapartida, o número total de alunos manteve-se igual durante os cinco, registrando o maior número em 2010 (15.698) e o menor número em 2015 (14.767) o que resultou na média de 15.329 alunos; as refeições servidas diariamente, já consideradas todas as refeições servidas nas escolas de tempo integral, foram aumentando com o passar dos anos, partindo de 20.819 (2010) para 24.515 (2014), tendo sido reduzidas no para 23.531 (2015); resultando, em média, cerca de 22.226 refeições diariamente servidas pelo Programa do PNAE.

**Tabela 5 – PNAE Matão –Prestação de contas - Resumo**

ANO	NÚMERO DE ALUNOS <sup>5</sup>						ALUNOS	REFEIÇÕES
	Creche	Pré-Escola	Ens.Fundam.	EJA	Ens. Médio	AEE		
2010	1.041	1.811	9.025	842	2.979	-	15.698	20.819
2011	1.283	1.718	8.895	663	3.018	-	15.577	21.126
2012	1.408	1.643	8.659	496	2.959	-	15.165	21.177
2013	1.434	1.604	8.465	122	3.830	-	15.455	22.191
2014	1.612	1.573	7.648	280	3.787	411	15.311	24.515
2015	1.659	1.593	7.276	310	3.539	390	14.767	23.531
<b>MÉDIAS</b>							<b>15.329</b>	<b>22.226</b>

(Fonte: Setor de Prestação de Contas - Convênios, Prefeitura Municipal de Matão).

Elaboramos um quadro comparativo dos valores repassados, do número de alunos atendidos, das refeições servidas diariamente e dos percentuais contratados com a AF Local e AF Total de 2010 a 2015, destacando pena variação no número de alunos e aumento das refeições diárias. Com relação à meta dos 30%, nos anos de 2012 e 2014 Matão estabeleceu as melhores marcas, chegando a 21,76% e 20,37% respectivamente. Com relação à Agricultura Familiar Local os números são tímidos: atingiu o máximo de 4,11% de compras no ano de 2012, permanecendo em patamares inferiores nos demais exercícios (Tabela 6).

<sup>5</sup>- Número total de alunos atendidos e de Refeições Diárias servidas nas Creches, Pré-Escola, Ensino Fundamental, Educação Jovem e Adulto, Ensino Médio, AEE E MAIS EDUCAÇÃO, Rede Pública/Entidades Filantrópicas.

**Tabela 6- Diagnóstico comparativo PNAE – 2010/2015 – Valores, Alunos, Refeições, Percentual de aquisição com a AF Local, Percentual de aquisição com a AF total.**

ANO	VALOR REPASSADO	ALUNOS	REFEIÇÕES	% AF L	% AF T
2010	1.094.520,00	15.698	20.819	2,11	2,11
2011	1.067.700,00	15.577	21.126	2,54	6,25
2012	1.169.136,00	15.165	21.177	4,11	21,76
2013	1.415.020,00	15.455	22.191	2,94	10,92
2014	1.128.536,00	15.311	24.515	2,79	20,37
2015	1.501.356,00	14.767	23.531	1,05	15,22

(Fonte: FNDE e Setor de Prestação de Contas – Convênios da Prefeitura Municipal de Matão).

### 3. Discussão.

O período que antecedeu nossa escolha pela realização do estudo de caso no município de Matão pode ser chamado de pré-histórico; não se conhecia nada sobre o passado, não se conhecia como o PNAE vinha sendo executado ao longo de cinco anos. Só se sabia que Matão adquiriria gêneros para a Merenda Escolar, através de processos exigidos pela Lei.

Ao que tudo indica, a letargia de Matão começou a diminuir a partir de dezembro de 2015, quando ainda estávamos construindo nossa pesquisa que já demonstrava a inoperância e a ineficácia das ações voltadas ao PNAE, quando já se apresentavam números tímidos da participação da AF Local no processo de compra e quando – *conforme já se sabia* – o não cumprimento efetivo dos 30% dos valores repassados à AF tornou-se conhecido não apenas pelos gestores, como também pela comunidade acadêmica e científica, ocorreu um sentimento de insatisfação que passou a incomodar diversos servidores, situação que, ao que parece, passou a fazer parte da agenda de outras Secretarias, dando início a uma mudança da realidade em busca do tempo perdido que se transformou em ações mais concretas, mais incisivas, mais efetivas e muito mais sistematizadas.

A agenda institucional do governo de Matão em prol da AF Local começou com o I Encontro da Agricultura Familiar e criação da Feira do Produtor Rural. Esses dois marcos significaram o estreitamento das relações, dinamismo na publicidade dos editais e maior participação dos agricultores no processo de compras.



Matão ainda fomentou o nascimento de uma associação, criada em 2016, a APRUMMA - Associação dos Produtores de Matão e do Assentamento do Complexo Monte Alegre.

Essas estratégias foram benéficas e trouxeram resultados promissores nas Chamadas Públicas de 2016, demonstram um elevado aumento nas contratações, totalizando R\$ 414.528,47 com a AF (local/regional) e individualmente, de R\$ 372.514,23 com a AF Local e de R\$42.014,24 com a AF regional. Para a comparação dos resultados obtidos, foram reproduzidos os números consolidados de 2010 a 2015 (Tabela 4) e elaborado um quadro contendo os números de 2016 (Tabela 7).

Os números de 2010 a 2015 informam que o maior índice de investimentos em favor da AF ocorreu em 2012 (21,76%) e que houve variações positivas entre 2010 e 2011, muito significativas em 2012, recrudescendo os investimentos em 2013, elevando o patamar de investimentos na AF no ano de 2014 e novamente diminuindo a participação da AF no ano de 2015, o que comprova uma não linearidade nem padronização nos percentuais de compra em favor da AF. A interpretação sobre a AF Local é ainda muito mais desoladora: iniciou 2010 com 2,11% e terminou o ano de 2015 em 1,05%, tendo alcançado seu melhor resultado em 2012, quando chegou a 4,11%.

A média de investimentos com a AF Regional em cinco anos foi de 12,77% muito abaixo dos 30% exigidos pela Lei; por sua vez a participação da AF Local foi insignificante, chegando a apenas 2,59% (Tabela 4).

**Tabela 4 - Análise do Resultado das Chamadas Públicas – Período 2010/2015**

ANO C.P.	REPASSE R\$	30% AF R\$	AF REG. R\$	AF R %	AF LOCAL R\$	AF L %	AF TOTAL %
2010	1.094.520,00	328.356,00	-	-	23.100,00	2,11	2,11
2011	1.067.700,00	320.310,00	39.595,41	3,71	27.167,40	2,54	6,25
2012	1.169.136,00	350.740,80	206.397,72	17,65	48.020,40	4,11	21,76
2013	1.415.020,00	424.506,00	112.934,50	7,98	41.555,80	2,94	10,92
2014	1.128.536,00	338.560,80	198.392,91	17,58	31.466,00	2,79	20,37
2015	1.501.356,00	450.406,80	212.815,20	14,17	15.712,00	1,05	15,22
<b>MÉDIAS</b>				<b>10,18%</b>		<b>2,59%</b>	<b>12,77%</b>

(Fonte: FNDE/MEC <sup>6</sup> e Departamento de Compras e Licitações da Prefeitura Municipal de Matão).

<sup>6</sup> Disponível em: { HYPERLINK "<http://www.fnde.gov.br/programas/alimentacao-escolar>" }. Acesso em 26.out.2016.

Na Tabela 7, que apresenta os números finais dos repasses para o ano de 2016 e os valores contratados após a realização das duas chamadas públicas, denota-se significativa mudança do PNAE de Matão. O valor total de repasses de 2016 é o segundo maior do retrospecto histórico somente superado pelo repasse de 2015. Nos termos da Lei, Matão deveria ter investido R\$ 447.384,00 na AF como um todo; investiu quase isso, chegando à casa dos R\$ 414.528,47, estabelecendo, pela primeira vez na história do PNAE/Matão, o índice de 27,78%, com indiscutível mudança da realidade, aumentando efetivamente os investimentos em favor da AF Local, que culminou em repasses da ordem de R\$ 372.514,23, uma verdadeira ascensão para os produtores locais que saiu da média histórica de 2,59% no período 2010/2015 para significativos 24,97% superando em mais de 20% sua melhor marca ocorrida ainda no ano de 2012 quando alcançou 4,11%, inaugurando um novo desafio para os gestores e demais atores que é não só manter o que foi obtido como consolidar a Política Pública até atingir os 30% exigidos pela Resolução MEC/FNDE/PNAE (Tabela 7).

**Tabela7 – Resultado final dos repasses do PNAE para Matão – Ano de 2016**

<b>ANO C.P.</b>	<b>REPASSE (*) R\$</b>	<b>30% AF R\$</b>	<b>AF REG. R\$</b>	<b>AF R %</b>	<b>AF LOCAL R\$</b>	<b>AF L %</b>	<b>AF TOTAL %</b>
<b>2016</b>	<b>1.491.280,00</b>	<b>447.384,00</b>	<b>42.014,24</b>	<b>2,81</b>	<b>372.514,23</b>	<b>24,97</b>	<b>27,78</b>

(Valor consolidado do PNAE/Matão. Fonte: FNDE/MEC, Departamento de Compras da Prefeitura Municipal de Matão.

A prestação de contas do ano de 2016 não havia sido efetivada pelo órgão responsável da Prefeitura até a segunda quinzena do mês de março. Obtivemos a informação da servidora que o prazo final da prestação de contas é até 30 de abril de cada ano e que já está finalizando a documentação para alimentação do site do FNDE/MEC/PNAE; todavia, ressaltou que não enviará os dados exatos dos alunos atendidos pela Política Pública porque não conseguiu essa informação de nenhum responsável pelo Departamento de Educação, tendo sido orientada a repetir os mesmos números registrados no ano de 2015.

Isso ocorreu, segundo a servidora devido à mudança de Administração, já que todos os servidores que atuavam na Secretaria e no Departamento de Educação foram

remanejados para outras unidades escolares; os poucos cargos de confiança que existiam foram exonerados no final de 2016.

Essa descontinuidade das funções põe em dúvida um trabalho de dez anos, já que nunca se saberá exatamente quantos alunos foram realmente atendidos; a Tabela 8 demonstra que as unidades educacionais atendidas no período de 2010 a 2015 não repetiram os mesmos números de alunos atendidos o que significa dizer que no ano de 2016 esses números também não foram iguais, lineares.

Com a inclusão do número de alunos do ano de 2016, a média de alunos atendidos no período de sete anos (2010/2016) é de 22.413.

**Tabela 8 – PNAE Matão – Prestação de contas consolidada 2010/2016.**

ANO	NÚMERO DE ALUNOS <sup>7</sup>						ALUNOS	REFEIÇÕES
	Creche	Pré-Escola	Ens.Fundam.	EJA	Ens. Médio	AEE		
2010	1.041	1.811	9.025	842	2.979	-	15.698	20.819
2011	1.283	1.718	8.895	663	3.018	-	15.577	21.126
2012	1.408	1.643	8.659	496	2.959	-	15.165	21.177
2013	1.434	1.604	8.465	122	3.830	-	15.455	22.191
2014	1.612	1.573	7.648	280	3.787	411	15.311	24.515
2015	1.659	1.593	7.276	310	3.539	390	14.767	23.531
2016	1.659	1.593	7.276	310	3.539	390	14.767	23.531
<b>MÉDIAS</b>								<b>22.413</b>

(Fonte: Setor de Prestação de Contas - Convênios, Prefeitura Municipal de Matão).

Na Tabela 9, atualizamos e consolidamos o retrospecto do PNAE para o período de 2010/2016, destacando-se o segundo maior volume de repasse em 2016 e os números alcançados nas Chamadas Públicas com a AF Local, cujo índice superou todos os resultados anteriores, partindo de 2,11% no primeiro ano (2010), alcançando o dobro desse percentual no ano de 2012 ( 4,11%), sofrendo acentuada queda nos anos de 2013 a 2015 e chegando ao maior patamar no ano de 2016, com a marca de 24,97%.

<sup>7</sup>- Número total de alunos atendidos e de Refeições Diárias servidas nas Creches, Pré-Escola, Ensino Fundamental, Educação Jovem e Adulto, Ensino Médio, AEE E MAIS EDUCAÇÃO, Rede Pública/Entidades Filantrópicas.

Os dados consolidados demonstram que Matão atingiu, com a Agricultura Familiar (Regional/Local) seu melhor desempenho (27,78%) embora não tenha atingido a meta dos 30%.

**Tabela 9 – Resultado consolidado – Chamadas Públicas e percentuais atingidos – 2010/2016.**

ANO C.P.	REPASSE R\$	30% AF R\$	AF REG. R\$	AF R %	AF LOCAL R\$	AF L %	AF TOTAL %
2010	1.094.520,00	328.356,00	-	-	23.100,00	2,11	2,11
2011	1.067.700,00	320.310,00	39.595,41	3,71	27.167,40	2,54	6,25
2012	1.169.136,00	350.740,80	206.397,72	17,65	48.020,40	4,11	21,76
2013	1.415.020,00	424.506,00	112.934,50	7,98	41.555,80	2,94	10,92
2014	1.128.536,00	338.560,80	198.392,91	17,58	31.466,00	2,79	20,37
2015	1.501.356,00	450.406,80	212.815,20	14,17	15.712,00	1,05	15,22
2016	1.491.280,00	447.384,00	42.014,24	2,81	372.514,23	24,97	27,78
			<b>MÉDIAS</b>	<b>10,65</b>		<b>5,78</b>	<b>14,92</b>

(Fonte: FNDE/MEC<sup>8</sup> e Departamento de Compras e Licitações da Prefeitura Municipal de Matão).

#### 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS.

Este estudo procurou demonstrar a importância da Política Pública ligada ao binômio educação/alimentação, entes estruturantes indissociáveis na busca efetiva da sustentabilidade socioeconômica da Agricultura Familiar no Brasil e da alimentação de qualidade, atualmente fornecida a milhões de estudantes em quase todo o território nacional, através da construção de um diagnóstico resultante das avaliações efetuadas pelo Governo e por pesquisadores de Instituições de Ensino Público ou Privado que enfrentaram o tema da eficiência e da eficácia do Programa que completou 61 anos de existência e que, nos últimos 22 anos alterou significativamente a vida de inúmeros cidadãos, iniciando esse processo em 1994 com a descentralização do Programa e ofertando aos municípios a possibilidade de se transformar em gestores da compra da Merenda Escolar, gerando emprego e renda para inúmeros agricultores locais e regionais, criando ainda o CAE- Conselho de Alimentação Escolar, empoderando servidores, alunos, professores e outros membros da sociedade civil ao elegê-los como fiscalizadores de todo o processo da chamada compra social ou licitação sustentável até sua finalização quando do fechamento da prestação de contas.

<sup>8</sup> Disponível em: { HYPERLINK "<http://www.fnde.gov.br/programas/alimentacao-escolar>" }. Acesso em 26.out.2016.

O caso concreto analisado no presente trabalho é prova de que a receita pode ser copiada, melhorada e readaptada para as condições específicas de um determinado território. Matão tem 118 anos de emancipação político-administrativa. A história da cidade e a agricultura estão ligadas: a região já foi uma das maiores exportadoras de café, já teve uma das maiores áreas de plantio de laranja, já encabeçou um Consórcio Municipal que propiciou o plantio de soja no Assentamento e que possibilitou a introdução do pão e do leite de soja na Merenda Escolar, possui cerca de 200 agricultores, mas até 2015 nunca havia conseguido organizá-los. No Assentamento do Complexo Monte Alegre (ITESP) cuja área abrange os municípios de Matão, Motuca e Araraquara, existem dezenas de produtores; alguns integram associações rurais, mas a grande maioria ainda não. Foram necessárias duas reuniões, organizadas pelo gestor público para mudar essa realidade, incentivando a criação da Associação que congregou produtores de Matão e do Assentamento, criando a APRUMMA – Associação dos Produtores de Matão e do Assentamento do Complexo Monte Alegre. A entidade tem 64 associados, a maioria participando da Feira do Produtor criada em abril/2016, grande parte deles já tendo participado das duas Chamadas Públicas desse ano, conseguindo ganhar quase todos os itens da Merenda, estabelecendo percentuais animadores que certamente, num futuro bem próximo colocarão a cidade de Matão dentre aquelas que, não só bateram a meta estabelecida pelo MEC/FNDE/PNAE como também cumpriram a principal filosofia e objetivo do Programa que é fomentar o crescimento local.

Devido à dinâmica desta Política Pública, os desafios continuam na agenda do dia e serão (*ou não*) superados se todos os atores envolvidos continuarem firmes em seus propósitos de continuar o franco diálogo com os produtores, de ampliar a divulgação dos Editais da Chamada Pública, de possibilitar a efetiva participação dos interessados nas reuniões do CAE e em todas as investidas do Poder Público, de continuar cumprindo a promessa de pagamento semanal dos produtos entregues, de proibir definitivamente a inserção de produtos nas Chamadas Públicas que histórica e culturalmente não integram a AF Local nem Regional, de aceitar as substituições de produtos que mesmo fazendo parte da AF não são produzidos em Matão, beneficiando concretamente os produtores locais com produtos que são conhecidos, comercializados e consumidos pela população da cidade e do seu entorno.

Os resultados parciais são animadores e espera-se que a mudança de governo não venha frear o que já foi conquistado em termos de organização, mobilização e compartilhamento entre a Prefeitura e os produtores locais.

Os dois únicos registros negativos ocorreram em razão da mudança dos Administradores e gestores do programa: o primeiro resultou na falha no exato levantamento dos alunos atendidos no exercício de 2016, acabando por alimentar o sistema do FNDE/MEC/PNAE com os mesmos números de 2015, pondo em dúvida um trabalho de anos da Prefeitura de Matão e que não refletirá a exatidão pretendida nesta pesquisa por conta da inexistência de um controle mais eficaz que permita realizar a consolidação dos números, independentemente da ausência deste ou daquele servidor.

O segundo registro é a obstrução no levantamento de dados complementares que seriam realizados para finalização da pesquisa, procurando identificar o número de servidores e de alunos atendidos através da visita em uma Creche e uma EMEF; pela primeira vez, durante todo o processo de levantamento de dados houve obstrução e impedimento pelos novos gestores (gestão 2017-2020) de coletar dados in loco, a exemplo de todos os demais procedimentos realizados ainda sob o manto da Administração anterior (gestão 2013-2016) que em nenhum momento impediu a coleta de dados e de informações, tampouco barrou nossa presença nos diversos órgãos da Administração.

Esses entraves, dignos de registro, podem obstruir futuros pesquisadores que não conseguirão levantar dados fieis e elementos necessários para a produção científica, deixando de contribuir para a exata interpretação dos processos e da formulação de propostas de melhoria na sua execução, prejudicando o pesquisador e a Instituição de Ensino de forma indireta e a comunidade e todos os atores envolvidos de forma direta porque não haverá sequer a tentativa de conhecer o objeto pesquisado e muito menos sugestões de mudança da realidade.

Não obstante, espera-se ainda que a promessa de doação do terreno em favor da APRUMMA feita pelo Prefeito em final de mandato (2013-2016) seja concretizada no ano de 2017 pelo novo gestor (2017-2020) porque muito provavelmente isso significará não só o fortalecimento, mas a verdadeira independência desse grupo de produtores rurais locais e, conseqüentemente a melhora do Programa verificado na cidade de Matão.

### **5. Referências Bibliográficas.**

AVILA, Mario Lucio; CALDAS, Eduardo de Lima; ASSAD, Silvia Starling. “Sinergia e Coordenação em Políticas Públicas: O caso do PAA e PNAE”. Sociedade e Desenvolvimento Rural INAGRO. Brasília - DF, v.7, n.3, p.68-81, jul.2013. Disponível em: { [HYPERLINK "http://www.inagrodf.com.br/revista/index.php/SDR/article/view/182"](http://www.inagrodf.com.br/revista/index.php/SDR/article/view/182) }. Acesso em: 14.ago.2015.

BACCARIN, J, “ Indicadores de Avaliação das Compras da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar no Paraná, Santa Catarina e São Paulo. SP, 2016.

BELIK, Walter; CHAIM, Nuria Abrahão, “O Programa nacional de alimentação escolar e a gestão municipal: Eficiência administrativa, controle social e desenvolvimento local”. Revista de Nutrição. Campinas - SP. v.22, n.5. set./out. 2009. Disponível em: { [HYPERLINK "http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1415-52732009000500001"](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-52732009000500001) }. Acesso em 23.ago.2015.

BETANHO, Cristiane et al, “Os Agricultores Familiares assentados estão preparados para “superar o plantar” e “passar a produzir” ofertas para os mercados? Desafios para os membros da Associação de Mandaleiros de Uberlândia”. Revista Campo- Território. Uberlândia - MG. v.8, n.16, p.229-265. Ago/2013. Disponível em: { [HYPERLINK "http://www.seer.ufu.br/index.php/campoterritorio/article/viewFile/22047/13083"](http://www.seer.ufu.br/index.php/campoterritorio/article/viewFile/22047/13083) }. Acesso em 23.ago.2015.

BRASIL, FNDE – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Disponível em: [:http://www.fnde.gov.br/programas/alimentacao-escolar/alimentacao-escolar-conselho-de-alimentacao-escolar](http://www.fnde.gov.br/programas/alimentacao-escolar/alimentacao-escolar-conselho-de-alimentacao-escolar). Acesso em: 10.nov.2016.

BRASIL, Ministério da Educação. Disponível em: { [HYPERLINK "http://www.fnde.gov.br/programas/alimentacao-escolar/alimentacao-escolar-historico"](http://www.fnde.gov.br/programas/alimentacao-escolar/alimentacao-escolar-historico) }. Acesso em 02.jul.2015

BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Agrário. Disponível em: { [HYPERLINK "http://www.mda.gov.br/sitemda/secretaria/saf/declara%C3%A7%C3%A3o-de-aptid%C3%A3o-pronaf-dap"](http://www.mda.gov.br/sitemda/secretaria/saf/declara%C3%A7%C3%A3o-de-aptid%C3%A3o-pronaf-dap) }. Acesso em 04.set.2015.

BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Social do Combate à Fome. Disponível em: { [HYPERLINK "HTTP://www.mds.gov.br"](http://www.mds.gov.br) }. Acesso em 04.set.2015.

BRASIL, Município de Matão-SP. 2015. Disponível em: { [HYPERLINK "http://www.matao.sp.gov.br"](http://www.matao.sp.gov.br) }. Acesso em 04.jul.2015.

BUENO, Luiz Marques. “Memórias da Fazendas do Cambuhy”.2002. Matão-SP. Edição do Autor.

CALDAS, Eduardo de Lima; NONATO, Raquel Sobral, “Compras públicas e promoção do desenvolvimento local”. Revista do Serviço Público. Brasília - DF. 64 (4), P.465-480.

out./dez. 2013. Disponível em: { HYPERLINK  
"http://seer.enap.gov.br/index.php/RSP/article/view/133.%20Acesso%20em%2023.ago.2015"  
}.

CORÁ, Maria AmeliaJundurian; BELIK, Walter, SILIPRANDI, Emma; RANGEL, Janaína Romano; MALINA, Léa Lameirinhas; DE SOUZA, Liliane Batista Barbosa; VANNUCHI, Luanda Villas Boas; CHAIM, Núria; REINACH, Sofia, “Projeto Nutre SP, análise da inclusão da Agricultura Familiar na Alimentação Escolar no Estado de São Paulo. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Secretaria da Agricultura Familiar: Instituto Via Pública. São Paulo, 2012. Disponível em: {HYPERLINK  
"..../..../..../Eduardo/Downloads/PublicaÃ§Ã£oNutreSÃfOPAULO.pdf"}. Acesso em 28.out.2016.

COSTA, Bianca Aparecida Lima; AMORIM JUNIOR, Paulo Cesar Gomes; SILVA, Marcio Gomes da, “As Cooperativas de Agricultura Familiar e o mercado de compras governamentais em Minas Gerais”. Revista de Economia e Sociologia Rural. Brasília - DF. v.53, n.1, jan/mar 2015. Disponível em: { HYPERLINK  
"http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-20032015000100109&script=sci\_arttext&tlng=en" }. Acesso em 23.ago.2015.

DANELON, Mariana Schievano; DANELON, Maria Angélica; SILVA, Marina Vieira da, “Programa Nacional de Alimentação Escolar: experiências da autogestão e da terceirização”. Revista de Segurança Alimentar e Nutricional. Campinas, SP. v.16, n.2, p.110-133, 2009. Disponível em: { HYPERLINK  
"http://www.unicamp.br/nepa/arquivo\_san/volume\_16\_2\_2009/6\_MarianaDanelon%5B110-133%5D.pdf" }. Acesso em 23.ago.2015.

FERRANTE, Vera Lúcia S. Botta, “Assentamentos Rurais: Entre a cultura da dádiva e novas perspectivas de participação”. Disponível em { HYPERLINK  
"https://www.google.com.br/search?q=Assentamentos+Rurais:+Entre+a+d%C3%A1diva+e+novas+perspectivas+de+participa%C3%A7%C3%A3o+%28&ie=utf-8&oe=utf-8&gws\_rd=cr&ei=HAYLV4nYD8TemwGI\_qhI" \l  
"q=Assentamentos+Rurais:+Entre+a+d%C3%A1diva+e+novas+perspectivas+de+participa%C3%A7%C3%A3o+Revista+SB+Sociologia+%28" }. Acesso em 22.mar.2016.

GAVIOLI, Felipe Rosafa; COSTA, Manoel Baltasar Baptista, “As múltiplas funções da agricultura familiar: Um estudo no assentamento Monte Alegre, região de Araraquara (SP)”, Revista de Economia e Sociologia Rural. Brasília –DF. v.49, n.2, abr./jun.2011. disponível em: { HYPERLINK "http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-20032011000200008&script=sci\_arttext" }. Acesso em 22.jan.2016.

GONÇALVES, Daniel Bertoli, “Os desafios da agricultura familiar frente aos programas de compras públicas de alimentos: Um estudo sobre agricultores da região Sudoeste do Estado de São Paulo”. Disponível em: {HYPERLINK  
"..../..../..../Eduardo/Desktop/Maria/Downloads/Dialnet-



OsDesafiosDaAgriculturaFamiliarFrenteAosProgramasD-4901392.pdf" } (2014). Acesso em 05.jul.2015.

GUILHOTO, JM, ICHIHARA, SM, SILVEIRA, FG, GAIGER F, DINIZ, BPC, AZZONI, CR, MOREIRA, GRC. "A importância da Agricultura Familiar no Brasil e em seus estados. Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural (NEAD), Ministério do Desenvolvimento Agrário, MDA, Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (FIPE). Periódico na Internet. 2007. Disponível em [http://www.usp.br/feaecon/media/livros/file\\_459](http://www.usp.br/feaecon/media/livros/file_459) Acesso em 24.abr.2012.

JESUS, Deloisse de Fátima Bacelar de, "Poder de compra do Estado: Limites e possibilidades do uso desta ferramenta em favor do desenvolvimento local". UNIMONTES, Universidade Estadual de Montes Claros, MG. II Congresso em Desenvolvimento Social (Des) Igualdades Sociais e Desenvolvimento. Mai.2012. Disponível em: { HYPERLINK "<http://congressods.com.br/terceiro/index.php/a-cidade-politicas-publicas-e-os-territorios-da-politica/314-poder-de-compra-do-estado-limites-e-possibilidades-do-uso-desta-ferramenta-em-favor-do-desenvolvimento-local>" }. Acesso 23.ago.2015.

MATÃO (SP). In: "ENCICLOPÉDIA dos municípios brasileiros". Rio de Janeiro: IBGE, 1957. v. 29. p. 120-124. Disponível em: [http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv27295\\_29.pdf](http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv27295_29.pdf). Acesso em: jan. 2016.

MELÃO, Ivo Barreto, "Produtos Sustentáveis na Alimentação Escolar: O PNAE no Paraná". Cad. IPARDES. Curitiba - PR, v.2, n.2, p.87-105, jul/dez 2012. Disponível em { HYPERLINK "<http://www.organicnet.com.br/wp-content/uploads/Artigo-Final-533-2301-1-PB.pdf>" }. Acesso em 07.jul.2015.

MOLINA, RafaelA., "Pesquisa-ação/investigação-ação no Brasil: mapeamento da produção (1966-2002) e os indicadores internos da pesquisa-ação colaborativa". 2007. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo.

MOTTER, Adriana Filimberti; TEO, Carla Rosane Paz Arruda, "Agricultura Familiar: Desafios e dificuldades na aproximação com o programa nacional de alimentação escolar". Convibra Saúde – I Congresso Virtual Brasileiro de Educação, gestão e promoção da saúde. Out.2012. Disponível em: { HYPERLINK "[http://www.convibra.com.br/upload/paper/2012/69/2012\\_69\\_4079.pdf](http://www.convibra.com.br/upload/paper/2012/69/2012_69_4079.pdf)" }. Acesso em 12.ago.2015.

NUNES, José Simões, "Produção agroecológica e o fornecimento à alimentação escolar institucional: A experiência do Assentamento Milton Santos, Americana-SP". Cadernos de Agroecologia. v.9, n.1, 2014. Disponível em: { HYPERLINK "<http://www.aba-agroecologia.org.br/revistas/index.php/cad/article/view/15614>" }. Acesso em 23.ago.2015.

PEREIRA, Mara Elena Bereta de Godoi; LOURENZANI, Ana Elisa Bressan Smith, "Desafios e perspectivas do programa de aquisição de alimentos no município de Tupã-SP". Ciência e Natura. Santa Maria - RS. v.36, n.2, mai/ago, 2014. Disponível em: { HYPERLINK

{ PAGE \\* MERGEFORMAT }

"[http://cascavel.ufsm.br/revistas/ojs2.2.2/index.php/cienciaenatura/article/viewFile/12262/pdf\\_1.%20Acesso%2023.ago.2015](http://cascavel.ufsm.br/revistas/ojs2.2.2/index.php/cienciaenatura/article/viewFile/12262/pdf_1.%20Acesso%2023.ago.2015)" [↓](#).

PICOLOTTO, Everton Lazzaretti, "Reconhecimento da agricultura familiar e as disputas pela classe média rural. Revista Espaço Acadêmico (UEM), Maringá, Paraná, n.128, jan.2012. Disponível em: { [HYPERLINK](#)

"<http://www.periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/viewFile/13559/8522.%20acesso%2022.out.2016>" [↓](#).

RUA, Maria das Graças. "Políticas Públicas". Departamento de Ciências da Administração / UFSC, Florianópolis - SC. 2009. p.130. Disponível em: { [HYPERLINK](#)

"[http://www.moodle.fmb.unesp.br/file.php?file=%2F175%2Farquivos%2FMaterial\\_de\\_estudo%2FPolíticas\\_Publicas.pdf](http://www.moodle.fmb.unesp.br/file.php?file=%2F175%2Farquivos%2FMaterial_de_estudo%2FPolíticas_Publicas.pdf)" [↓](#). Acesso em 25.ago.2015.

SANTOS, Leonor Maria Pacheco, et al, "Avaliação de políticas públicas de segurança alimentar e combate à fome no período 1995-2002. 4- Programa Nacional de Alimentação Escolar". Cadernos de Saúde Pública. Rio de Janeiro - RJ. v.23, n. 11, Nov.2007. Disponível em: { [HYPERLINK](#) "[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-311X2007001100016](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X2007001100016)" [↓](#). Acesso em: 23.ago.2015.

SARAIVA, Elisa Braga et al, "Panorama da compra de alimentos da agricultura familiar para o Programa Nacional de Alimentação Escolar". Revista Ciência & Saúde Coletiva. Rio de Janeiro - RJ, v.18, n.4, abr.2013. Disponível em: { [HYPERLINK](#)

"[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-81232013000400004&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-81232013000400004&script=sci_arttext)" [↓](#). Acesso em 23.ago.2015.

SARMENTO, Renato Neves, "A cidade de Rio Claro – SP está cumprindo sua meta na compra de alimentos da agricultura familiar para o PNAE"? Trabalho de Conclusão de Curso Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Campus de Rio Claro - SP, 2012. Disponível em: { [HYPERLINK](#) "<http://hdl.handle.net/11449/121066>" [↓](#). Acesso em: 23.ago.2015.

SECCHI, Leonardo. "Políticas Públicas: Conceitos, Esquemas de Análise, Casos Práticos". Revista de Administração Contemporânea. Curitiba - PR. v.15 n. 6, dez/2011. Disponível em: { [HYPERLINK](#) "[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1415-6552011000600017&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1415-6552011000600017&script=sci_arttext)" [↓](#). Acesso em 25.ago.2015.

SILVA, Arthur Boscaroli da; PEDON, Nelson Rodrigo, "Reprodução do campesinato através de políticas públicas voltadas para a agricultura familiar: A dinâmica do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) em Ourinhos – SP". Revista NERA. Presidente Prudente - SP. ano 18, n. 26, p.92-109, 2015. Disponível em: { [HYPERLINK](#)

"<http://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/viewArticle/3144>" [↓](#). Acesso em: 23.ago.2015.

SILVA, Fabiana Matos da, "Programa Nacional de Merenda Escolar (PNAE) e a promoção do desenvolvimento regional: O caso de São Luis do Paraitinga – SP". XI Simpósio de

{ [PAGE](#) \\* MERGEFORMAT }

Excelência em Gestão e Tecnologia (2014). Disponível em: { HYPERLINK "http://www.aedb.br/seget/arquivos/artigos14/5620143.pdf" }. Acesso em: 23.ago.2015.

SOARES, Pammelaetal, “Potencialidades e dificuldades para o abastecimento da alimentação escolar mediante a aquisição de alimentos a agricultura familiar em um município brasileiro”. Ciência & Saúde Coletiva, Rio de Janeiro - RJ. v. 20, n.6, jun.2014.Disponível em: { HYPERLINK "http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\_arttext&pid=S1413-81232015000601891&lng=en&nrm=iso" }. Acesso em 23.ago.2015.

SOUZA-ESQUERDO, Vanilde Ferreira de; BERGAMASCO, Sonia Maria Pessoa Pereira, “Análise sobre o acesso aos programas de políticas públicas da agricultura familiar nos municípios do circuito das frutas (SP)”. Revista Economia e Sociologia Rural. Brasília - DF. v.52, supl.1. 2014. Disponível em: { HYPERLINK "http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-20032014000600011&script=sci\_arttext" }. Acesso em 23.ago.2015.

TRICHES, Rozane Maria; GRISA, Catia, “Entre mudanças e conservadorismos: Uma análise dos programas de aquisição de alimentos (PAA e PNAE) a partir da retórica da intransigência”. Revista NERA. Presidente Prudente - SP. ano 18, n. 26, p.10-27, 2015. Disponível em: { HYPERLINK "http://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/viewArticle/3569" }. Acesso em 23.ago.2015.

TRIPP, David, “Pesquisa-ação: uma introdução metodológica”. Educação e Pesquisa,São Paulo - SP, v. 31, n. 3, p. 443-466, set/dez. 2005